

Brasil

Infraestrutura Meta é agilizar construção de empreendimentos como rodovias e ferrovias

Governo conclui projeto que dá mais rapidez a desapropriações em obras

Daniel Rittner
De Brasília

O governo pretende enviar um projeto de lei ao Congresso Nacional, nas próximas semanas, que mexe em um ponto sensível para o avanço das obras de infraestrutura: a desapropriação de terras e imóveis por utilidade pública. A promessa é dar mais agilidade à execução de projetos como rodovias, ferrovias, estações de metrô e linhas de transmissão.

Um levantamento oficial indica que 60% das ações judiciais em torno de obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) são questionamentos sobre processos de desapropriação. As autoridades querem reduzir o potencial de litígios, que atrasam e encarecem os empreendimentos.

Em reta final de elaboração, o projeto tenta facilitar o acesso do poder público aos terrenos e imóveis. Quando a pessoa ou empresa desapropriada levar o caso aos tribunais, o juiz responsável terá 30 dias úteis para dizer se concorda ou não com o valor da indenização proposta. Se ele não se pronunciar, tem mais dez dias úteis para conceder a emissão provisória de posse. A fixação de um prazo — hoje inexistente — busca impedir que esses processos se ar-

rastem indefinidamente. Mesmo em desacordo, quem for expropriado poderá retirar 80% do valor proposto, enquanto o litígio não tem uma solução definitiva.

"Elimina-se assim um grande fator de incerteza", diz o secretário-executivo adjunto do Ministério do Planejamento, Esteves Colnago Júnior. Outra novidade da proposta é estipular que a indenização deve considerar o valor do bem à época do ajustamento da ação. Hoje é comum usar a precificação da data de pericia judicial, que pode ocorrer anos depois do início da briga judicial. Não raramente, conforme lembra Colnago, o valor do bem muda quando se sabe que um projeto de infraestrutura será erguido naquele local. Quando mais se adia o processo, maior o valor pedido pelo proprietário.

Coordenado pelo Planejamento, o texto deverá ser encaminhado à Câmara dos Deputados com a assinatura de outros três ministros: Casa Civil, Justiça e Cidades. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) tiveram participação ativa nas discussões. Sugestões apresentadas pela Associação Brasileira da In-

fraestrutura e Indústrias de Base (Abdib) e pelo Metrô de São Paulo foram incorporadas no projeto.

A proposta do governo tem foco específico nas desapropriações por utilidade pública. Outras expropriações — por interesse social, para fins de reforma agrária ou razões urbanísticas — não são tratadas pelo texto. Em dezembro de 2015, parte dessas questões foi tratada por medida provisória editada pela ex-presidente Dilma Rousseff, mas a MP 700 andou em paralelo ao processo de impeachment e "caducou" sem ter sido votada.

Desta vez, a opção por um projeto de lei ocorre por dois motivos: medidas provisórias não podem ser reeditadas na mesma legislação e nem tratar de questões processuais. "O novo texto tem robustez e abrangência bem maiores do que a MP 700", diz Colnago.

Para o presidente da Abdib, Venilton Tadini, a proposta é fundamental para dar mais segurança jurídica às concessões. "Um dos grandes riscos não gerenciáveis nos projetos de infraestrutura são as desapropriações", afirma o executivo, que cita ainda as dificuldades com o licenciamento ambiental como fator de imprevisibilidade. Ele elogia a interlocução com o governo na costura do projeto. "A MP 700 já tinha uma

estrutura de texto bastante avançada, mas o conteúdo melhorou com as discussões mais recentes."

Além de dar celeridade às desapropriações que viram alvo de processos judiciais, o projeto toca em uma questão fundamental para agilizar obras em rodovias e ferrovias concedidas à iniciativa privada. De acordo com o texto, a ANTT ganhará poderes para fazer declarações de utilidade pública, que iniciam a desapropriação dos terrenos e imóveis. Hoje essa é uma prerrogativa do chefe do Poder Executivo, ou seja, do presidente da República. Só uma exceção é admitida atualmente: em obras tocadas pelo Dnit, com recursos orçamentários, a autarquia pode emitir essa declaração.

Com a mudança, o governo espera reduzir a lentidão administrativa que toma conta dos processos. À espera de assinatura presidencial, o primeiro passo para a desapropriação necessária nos margens de rodovias às vezes consome meses de idas e vindas, entre um e outro gabinete da máquina burocrática em Brasília.

Pelo texto do governo, amplie-se o rol de agentes habilitados a receber delegação do poder público para negociar indenizações aos expropriados. Hoje a delegação só pode ser dada para concessões

de serviços públicos. O projeto estende essa possibilidade para arrendatários (figura jurídica dos operadores de terminais em portos organizados) e empreiteiras contratadas pelo RDC integrado — sistema de contratação no qual a construtora não apenas executa a obra em si, mas desenvolve os projetos de engenharia.

A proposta traz outras inovações, como a dispensa de autorização legislativa para que a União desapropriar bem de Estados, do Distrito Federal ou de municípios. Atualmente, mesmo que haja acordo entre expropriante e expropriado em torno de terras ou imóveis públicos, é preciso ter aprovação das assembleias legislativas ou das câmaras de vereadoras, conforme o caso. A mesma dispensa valerá para Estados que desapropriem bens municipais.

"Na prática, estamos criando uma via rápida para as desapropriações", garante Esteves Colnago. O secretário destaca ainda um aspecto social da proposta, que abre caminho para "medidas compensatórias" quando o imóvel ou terreno estiver ocupado por assentamentos ou invasões. Nesse caso, há previsão de realocar as famílias em unidade habitacional ou compensação financeira equivalente.

Conteúdo local por produto deve ser revogado

Fabio Graner
De Brasília

Dentro da agenda de medidas microeconômicas que o governo prepara para tentar fortalecer o cenário de crescimento econômico, uma das iniciativas deve ser revogar a exigência de conteúdo local mínimo por itens e subitens (produtos e serviços) usados na produção de petróleo. A ideia é a nova regra valer já para a 14ª Rodada de licitação de blocos exploratórios de petróleo, prevista para o ano que vem. Assim, restariam apenas exigências globais de conteúdo mínimo produzido nacionalmente para serem observados nas fases de exploração e desenvolvimento, segundo apurou o Valor.

A proposta de novas regras deve ser apresentada na semana que vem, quando está prevista reunião do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). Os índices globais de conteúdo a serem observados nas fases mencionadas estão previstos para serem anunciados somente em janeiro. A avaliação no governo é que a regra atual atrasa os processos de exploração e prejudica os investimentos no setor, um dos mais importantes na economia e que tem pesado nos resultados negativos do PIB.

Para o secretário-executivo do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustível (IBP), Antônio Guimarães, a mudança na regra, se confirmada, é muito bem-vinda. "Com certeza é uma evolução em relação ao modelo atual. Como governo tem leilão no ano que vem, é importante para o investidor que já conhece o histórico de complexidade do atual modelo", afirmou.

Para ele, o governo desenha um caminho viável para conteúdo local, beneficia os fornecedores locais que efetivamente são melhores que os estrangeiros. "Isso vai gerar negócio para a indústria de petróleo", disse Guimarães, defendendo ainda que, quando não havia limites mínimos para produtos produzidos localmente, a exploração era feita com um índice efetivo entre 30% e 40% de produtos nacionais. "Como podem dizer que a regra atual é boa se ela não tem gerado projetos".

O governo tem trabalhando em uma agenda de medidas microeconômicas para fortalecer o cenário de recuperação da atividade. As críticas à equipe econômica têm crescido depois da forte queda (-0,8%) do PIB no terceiro trimestre, agravado pelos números bastante ruins da indústria em outubro, sinalizando um quarto trimestre também negativo. Na área econômica, parte do recrudescimento das críticas que se direcionam ao ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, é atribuído à divisão do PSDB e seus movimentos com vistas ao ciclo eleitoral de 2018.

Com a falta de sinais de melhora na economia, a equipe econômica acredita que algumas medidas microeconômicas como a do setor de petróleo podem ter impacto relevante no curto prazo. E, com a volta do crescimento ao longo de 2017, a tendência, avaliam fontes do governo, é que as críticas retrocedam.

Além da mudança de conteúdo local no petróleo, o governo trabalha uma série de ações para tentar melhorar o ambiente de negócios no Brasil. O próprio Meirelles já disse que a ideia é trabalhar dentro do espírito do relatório "Doing Business", do Banco Mundial, que avalia itens com facilidade para abrir empresas, obter licenças e alvarás, obtenção de crédito, pagamento de impostos, entre outras. "Tudo o que dificulta a produção e onera as empresas está no radar", disse uma fonte.

No governo também há discussões sobre medidas legais para facilitar reestruturação de dívidas de empresas. A equipe econômica tem enfatizado o peso desse problema no quadro de letargia da atividade. Mas, apesar de algumas fontes de dentro e fora do governo defenderem flexibilização de depósitos compulsórios para viabilizar reestruturação de dívidas, esta medida está, pelo menos até o momento, fora do cardápio de opções.

Empreendimentos de grande porte terão edital publicado com um ano de antecedência

Rodrigo Polito
Do Rio

Os editais de leilões de concessões de áreas de exploração petrolífera deverão ser publicados com seis meses a um ano de antecedência. Segundo o secretário de Articulação para Investimentos e Parcerias do Programa de Parceria de Investimento (PPI), Marcelo Resende Allain, o objetivo é dar prazo suficiente para investidores, inclusive estrangeiros, estudarem detalhadamente o edital e as características das concessões que serão licitadas.

Ele explicou que o prazo maior será dado para todos projetos de infraestrutura de maior complexidade, como empreendimentos de ferrovias "green-field" (projetos a partir do zero). Allain acrescentou que o prazo valerá para os projetos complexos que passarão pelo PPI. Leilões de menor porte, como rodadas de áreas de acumulação

marginal de petróleo, por exemplo, não precisarão desse prazo extenso de antecedência.

Os editais serão publicados em português e inglês, para facilitar o entendimento por parte de investidores estrangeiros. Outra decisão tomada pelo governo é a de leiloar apenas projetos maduros, do ponto de vista técnico, e com viabilidade ambiental. A ideia é reduzir riscos e incertezas e retomar a credibilidade do país em relação à implantação dos empreendimentos.

"Uma das percepções que o investidor, principalmente estrangeiro, tem é que os processos de concessão não eram muito estudados quando iam à pública. Foram lançados projetos mirabolantes [que não se concretizaram]. Então perdemos credibilidade em função desse tipo de prática", disse o secretário, em seminário da Associação Comercial do Rio de Janeiro.

Allain também explicou que,



Marcelo Resende Allain: prazo maior será dado para todos os projetos de infraestrutura com maior complexidade

no governo anterior, havia um entendimento, "mais ideológico do que técnico", de que a taxa de retorno dos projetos deveria ser menor do que a do mercado. Ele, no entanto, reforçou que, nos novos leilões do governo, as taxas de retorno serão definidas

pelo mercado, via concorrência. "Não cabe a um burocrata em um gabinete em Brasília definir a taxa de retorno. O leilão via concorrência é que vai determinar a taxa de retorno justa para o projeto", disse.

O secretário acrescentou ainda

que será lançado "proximamente" o edital para a concessão do terminal portuário de trigo do Rio de Janeiro. Ele, porém, não soube precisar o prazo de divulgação. Ele lembrou que já foram lançados dois editais para construção de terminais portuários, no âmbito do PPI.

Agenda micro incluirá revisão de marcos regulatórios

Rafael Bitencourt
De Brasília

O secretário de Planejamento e Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento, Marcos Ferrari, disse que a agenda microeconômica preparada pelo governo inclui a revisão dos marcos regulatórios em diferentes áreas do setor de infraestrutura, como petróleo, telecomunicações e transportes.

Segundo ele, a ordem é melhorar o ambiente de negócios no país e estimular investimentos produtivos sem criar novos gastos para o governo. "Não há nenhum espaço fiscal para fazer o que foi feito no passado", disse ele, em entrevista ao Valor.

A implementação da agenda microeconômica se intensificou neste fim do ano com anúncio de medidas tomadas pelo governo, além de avanços na tramitação projetos de lei e medidas provisórias no Congresso. "Buscamos mudanças no marco legal que nos permite destravar investimento. O nosso foco é justamente identificar quais são alterações que a gente pode fazer nos marcos legais que vão gerar aumento de investimentos", disse o secretário.

Ferrari afirmou que nessa semana as atenções estão voltadas para tramitação do marco de telecomunicações, que tem a análise do projeto de lei pautado para ser apreciado nesta terça-feira na Comissão Especial de Desenvol-

vimento Nacional, do Senado. Até o afastamento de Renan Calheiros (PMDB-AL) do cargo de presidente do Senado, em decisão tomada na noite de ontem pelo Supremo Tribunal Federal (STF), o governo contava com a aprovação do marco de telecomunicações ainda este ano no Congresso.

Os ajustes na Lei Geral de Telecomunicações (LGT) vão permitir que grandes prestadoras, como Oi, Telefônica e Embratel, migrem dos contratos de concessão para autorização. Com isso, as empresas poderão trocar exigências de investimentos em telefonia fixa, que envolvem instalação e manutenção de orelhões, por obrigações no segmento de banda larga.

A mudança também põe fim

às incertezas relacionadas aos bens reversíveis, patrimônio de imóveis e infraestrutura de rede herdadas do antigo sistema Telebrás. Esses bens teriam que ser devolvidos ao final do contrato de concessão, em 2025.

Ferrari ressaltou que somente o setor de telecomunicações responde por 5% do PIB. Ele disse que, nas contas do governo, a reforma do setor de telecomunicações vai gerar o retorno de R\$ 34 bilhões em investimento para a economia brasileira, com impacto de 0,49 pontos percentuais no PIB. Este volume de recursos envolve obrigações de investimentos em redes de banda larga e a previsão de troca de valores de multas, aplicadas pela Agência Nacional de Telecomu-

nicarções (Anatel), por investimentos com acordo de Termos de Ajustamento de Conduta (TACs).

Para a próxima semana, Ferrari disse, sem adiantar detalhes, que é esperada a definição de novas regras de conteúdo local no setor de petróleo. Ele destacou que o segmento que representa outros 10% da economia brasileira.

Também dentro da definição da agenda microeconômica, o técnico do governo já são contabilizados êxitos com a sanção da lei que flexibiliza a participação da Petrobras nos leilões de pré-sal, no envio da MP de renovação das concessões ao Congresso e na previsão de ajustes nas regras de desapropriações para fazer deslanchar empreendimentos de infraestrutura.

Curtas

Emprego em ritmo lento

Dois indicadores de mercado de trabalho elaborados pela Fundação Getúlio Vargas mostram que a recuperação do mercado de trabalho deve ser mais lenta que o esperado. Enquanto o Indicador Antecedente de Em-

prego (IAEmp) subiu apenas 0,2 ponto em novembro, para 93,1 pontos, sem conseguir compensar a queda de 0,8 ponto de outubro, o Indicador Coincidente de Desemprego (ICD) subiu 3,8 pontos no período, para 103,0 pontos.

Natal mais magro

As compras de Natal deste ano serão de menor valor, aponta pesquisa realizada pela Boa Vista SPC. De acordo com a sondagem Hábitos de Consumo, 80% dos entrevistados pretendem fazer compras de Natal, mas 79% preveem gastar

menos que em 2015. O percentual dos que pretendem gastar menos está, claro, nas classes D e E, com 84% e 82%, respectivamente. Dos que pretendem fazer compras de Natal, 38% presentearão no máximo até duas pessoas e o ticket médio não ultrapassará R\$ 51,40.

Consumo de energia cai

consumo de energia elétrica, caiu 2,8% em outubro, ante igual mês do ano passado, informou há pouco a Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Ao todo, foram consumidos 38.079 gigawatts-hora (GWh) no mês retrasado.

